



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002687-14.2014.8.17.0000 (0330374-0)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOÃO TAVARES DA COSTA NETO

PACIENTE: SÉRGIO PAULO DA SILVA CARMO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADORA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

EMENTA: HABEAS CORPUS. AÇÃO DE EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME. IMPOSSIBILIDADE DE IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUBSTITUTIVO DE AGRAVO À EXECUÇÃO. PRECEDENTES DO STF E STJ. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. Contra a decisão do juízo de execução penal que negou a progressão do regime cabe agravo à execução, nos termos do art. 197 da LEP, de forma que o presente writ não pode ser conhecido, tendo em vista a jurisprudência do STF e do STJ ter se firmado no sentido de não aceitar o habeas corpus impetrado como substitutivo de recursos ordinários (STJ, HC 140.875/RJ).*
- 2. Habeas corpus não conhecido.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* n. 0002687-14.2014.8.17.0000 (0330374-0) em que são partes as acima nominadas,

ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, não conhecer do presente *Habeas Corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002687-14.2014.8.17.0000 (0330374-0)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOÃO TAVARES DA COSTA NETO

PACIENTE: SÉRGIO PAULO DA SILVA CARMO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADORA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado por JOÃO TAVARES DA COSTA NETO em favor de SÉRGIO PAULO DA SILVA CARMO, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Regional de Execuções Penais da Capital-PE.

O impetrante fundamenta a pretensão à ordem declarando que o paciente se encontra atualmente recolhido na Penitenciária Professor Barreto Campelo-PPBC, em razão de terem sido indeferidos indevidamente os pedidos de remição da pena e, conseqüentemente, de progressão para o regime semiaberto, em razão de uma suposta falta cometida pelo paciente no ano de 2006, pela qual a autoridade coatora diminuiu 1/3 dos dias remidos.

Nesse contexto, além da progressão do regime prisional, requer que seja declarada prescrita a apuração da suposta falta que motivou a perda de 1/3 dos dias remidos, pois não houve comunicação por parte da direção da unidade prisional nem procedimento adequado para a apuração da falta, e que também seja reconhecida a remição das horas estudadas no montante de 17 (dezessete) dias, vez que comprovadas 320 (trezentas e vinte) horas de estudos.

Foi negada, às fls. 37/38, a concessão de liminar, pois não restaram comprovados os requisitos de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Instada a prestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou às fls. 60/61 que o sentenciado possui unificação de penas no montante de 94 (noventa e quatro) anos e 9 (nove) meses de reclusão em regime fechado e que é reincidente específico em crime de natureza hedionda. Informou, também, que o réu foi preso em 15/08/1997, solto em 28/04/1999, preso novamente em 13/10/1999 e cometeu falta grave no dia 26/09/2006, a qual gerou a sua quinta condenação, com trânsito em julgado em 13/02/2008, nos termos do art. 52 da LEP, segundo o qual a prática de crime doloso configura falta grave para fins de perda de parte dos dias remidos.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 65/71, opinou pelo não conhecimento do *writ*, por entender que o *habeas corpus*, segundo jurisprudência atual do STF e STJ, não pode ser utilizado como substitutivo de Agravo em Execução, que é o recurso adequado para discutir a matéria. Caso esta Corte conheça do remédio heroico, opina pela denegação da ordem, por entender que restou devidamente fundamentada a diminuição de 1/3 dos dias remidos do paciente, vez que cometeu falta grave nos termos do art. 52 da LEP, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado.

É O RELATÓRIO.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002687-14.2014.8.17.0000 (0330374-0)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOÃO TAVARES DA COSTA NETO

PACIENTE: SÉRGIO PAULO DA SILVA CARMO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADORA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de habeas corpus em que o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal ao direito do paciente, vez que foi negado o pedido de progressão ao regime semiaberto com fundamento no cometimento de falta grave por parte do paciente, o que teria diminuído em 1/3 a remição dos dias trabalhados, impedindo, assim, a concessão da progressão de regime.

Nesse contexto, cumpre observar que da decisão que nega o pedido de progressão de regime, cabe agravo à execução, nos termos do art. 197 da LEP. Assim, o *habeas corpus* não é a via adequada à análise dessa questão, de forma que não pode ser conhecido, haja vista a existência de recurso próprio à análise da matéria.

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça têm entendido que o *habeas corpus* não pode ser utilizado como sucedâneo dos recursos ordinários, como demonstra o seguinte julgado:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO
ORDINÁRIO - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS -
PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - AGENTE NA POSIÇÃO DE
LIDERANÇA DO GRUPO CRIMINOSO - GARANTIA DA ORDEM**

80

PÚBLICA - FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE - ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. Preliminarmente, releva salientar que o Superior Tribunal de Justiça, em face da nova jurisprudência da Corte Suprema (HC 109.956/PR, Rel. Ministro Marco Aurélio, 1T., DJe 11.9.2012; HC 108.901/SP, Rel. Ministra Cármen Lúcia, 2T., DJe 10.5.2013), também passou a restringir as hipóteses de cabimento do habeas corpus, de forma a inadmitir a utilização do remédio constitucional em substituição ao recurso próprio (apelação, agravo em execução, recurso especial), tampouco à revisão criminal (HC 183.889/MS, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6T., DJe 26.8.2013; HC 263.627/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6T., DJe 16.9.2013; HC 253.383/SP, Ministro Og Fernandes, DJe 16.9.2013; HC 178.850/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, 6 T., DJe 13.9.2013)". (STJ, HC 140.875/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2014, DJe 07/03/2014).

Assim, havendo recurso próprio para a análise da matéria, esta não poderia ser também analisada na via deste *habeas corpus*, em respeito aos princípios da economia processual e da segurança jurídica, a fim de evitar decisões conflitantes.

Dessa forma, não há como conhecer, na via estreita do *habeas corpus*, o pedido de progressão de regime, vez que não é mais aceita na jurisprudência a impetração de *habeas corpus* substitutivo de recursos ordinários, como o agravo à execução.

Isto posto, meu voto é pelo não conhecimento deste *mandamus*.

É COMO VOTO.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR